

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 12 de agosto de 2019 às 07h32
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | Anvisa

Anvisa é mesmo lenta para aprovar medicamentos, como dizem Bolsonaro e o Congresso? 3
BRASIL

G1 - Globo | BR

10 de agosto de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Anvisa debate regulamentação de cigarro eletrônico, proibido no Brasil 7

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Memes e reposts no Instagram: curadoria ou violação de direitos autorais? 8

Marco regulatório | Anvisa

A controvérsia em torno do remédio mais caro do mundo 9

Veja.com | BR

Arbitragem e Mediação

No curto prazo, guerra comercial entre a China e os EUA favorece o Brasil 11
MUNDO | DE PEQUIM | FELIPE CARNEIRO

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Clube de futebol deve cobrar pelo uso de sua marca em apostas on-line 13
CARLOS MIGUEL C. AIDAR

Jornal do Senado | BR

Marco regulatório | Anvisa

Girão alerta para ações da Anvisa sobre uso da maconha medicinal - Senado Notícias 15

Anvisa é mesmo lenta para aprovar medicamentos, como dizem Bolsonaro e o Congresso?

BRASIL

ABR / BBC News Brasil



Presidente da agência diz muitas críticas feitas à agência são frutos do desconhecimento sobre a função que ela cumpre

Getty Images / BBC News Brasil



Projeto de lei apresentado no Congresso propõe aprovação automática de medicamentos aprovados nos EUA, Japão, Canadá e Europa

Declarações recentes feitas pelo Congresso e pelo presidente colocaram em dúvida a eficiência da agência que regula parte do setor de saúde no país.

A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) é "morosa" na aprovação de medicamentos. Os produtos chegam ao mercado defasados. O órgão tem um "excesso de zelo" ou procura "criar dificuldade para vender facilidade".

Declarações do tipo feitas recentemente por integrantes do Congresso e do governo federal colocaram em dúvida a eficiência da agência ligada ao Ministério da Saúde responsável por regular e fis-

calizar empresas, produtos e serviços na área no país.

As críticas mais duras vieram do presidente Jair Bolsonaro na terça-feira (06) quando ele afirmou que agências como a **Anvisa** têm "um poder enorme, para o bem ou para o mal".

"Quanto tempo leva o registro na **Anvisa**? Será que esse tempo todo justifica? Será que é excesso de zelo ou só está procurando criar dificuldade para vender facilidade?", perguntou o presidente durante a inauguração de uma fábrica de medicamentos no interior de São Paulo.

A fala de Bolsonaro vai ao encontro de um projeto de lei apresentado por um deputado federal de seu partido, General Peternelli (SP), e apoiado por parlamentares de outras nove legendas.

O PL 3871/19 propõe que medicamentos autorizados nos Estados Unidos, Japão, Canadá e países da Europa tenham seu registro concedido automaticamente no Brasil.

"A **Anvisa** faz um trabalho importante, mas a aprovação de medicamentos é morosa. Entendo que leva tempo para analisar o laboratório e o medicamento, não pode meter um carimbo e pronto. Mas, quando o medicamento é aprovado, já existe outro melhor", diz Peternelli à BBC News Brasil.

De acordo com o deputado, os países mencionados no projeto têm tradição em pesquisa e desenvolvimento destes produtos e autoridades sanitárias reconhecidas por seus padrões técnicos.

Ao aproveitar seu trabalho, afirma ele, a aprovação no Brasil poderia ser "desburocratizada". "Isso vai fazer com que os produtos cheguem à população mais rápido e com segurança", diz.

Continuação: Anvisa é mesmo lenta para aprovar medicamentos, como dizem Bolsonaro e o Congresso?

Getty Images / BBC News Brasil



Anvisa precisa verificar se produtos são adequados para os brasileiros e resistem ao clima do país, dizem especialistas

No entanto, o diretor-presidente da **Anvisa**, William Dib, afirma que os prazos da agência estão alinhados com os de agências de ponta de outros países. Segundo Dib, um produto leva três anos para chegar ao mercado após o pedido de registro à **Anvisa**, em comparação com dois anos e meio nos Estados Unidos.

"Então, é uma diferença pequena. O mundo todo é mesmo lerdo na liberação de produtos farmacêuticos, porque isso exige uma série de estudos", afirma Dib, que preferiu não comentar diretamente as declarações do presidente.

Ele explica que isso envolve analisar pesquisas realizadas pelas empresas para garantir que os medicamentos têm qualidade e são eficazes e seguros para a população brasileira. "O que vamos fazer? Liberar e depois pedir desculpa ao ver que não está funcionando? Não é pedindo desculpas que vamos chegar a algum lugar."

Registro ficou mais rápido desde 2017

Dados da **Anvisa** divulgados em agosto do ano passado apontam que o tempo médio de registro de medicamentos no Brasil caiu significativamente desde o início de 2017.

Hoje, é de 188 dias para genéricos e similares, de 276 dias para produtos novos - que tenham um princípio ativo inédito no país - e de 256 dias para inovadores -

abpi.empauta.com

que apresentam uma melhoria em relação a um já existente.

Após o registro, as empresas ainda podem fazer certas alterações, como no processo de fabricação, por exemplo, que precisam ser aprovadas pela agência. Também estabelecem junto à **Anvisa** o preço máximo do medicamento e o preparam para ser vendido, por isso a diferença entre o tempo de registro e de chegada ao mercado mencionado por Dib.

A agência diz que a redução foi resultado de mudanças de procedimentos feitas a partir da promulgação em dezembro de 2016 da lei 13.411. Elas aceleraram o processo de registro e diminuíram a fila de produtos que aguardavam análise.

A norma anterior, de 1976, estabelecia um prazo máximo de 90 dias, mas não determinava o que seria feito caso isso não fosse respeitado - o que ocorria em muitos casos segundo fontes do mercado.

A nova lei estabelece prazos maiores - de 180 dias para medicamentos considerados prioritários, de acordo com critérios do Ministério da Saúde, como para doenças raras, por exemplo, e de 365 dias para os não prioritários. Mas agora prevê que será apurada a responsabilidade de servidores caso os limites não sejam cumpridos.

Sob essas regras, o tempo de registro foi reduzido em 88% para genéricos e similares, 49% para novos medicamentos e 61% para os inovadores, para pedidos feitos a partir de abril de 2017, em comparação com a duração média deste processo até então.

Como a **Anvisa** se compara a outras agências do mundo?

Dados do Centro Para Inovação em Ciência Regulatória (CIRS, na sigla em inglês), empresa independente que faz análises do setor em diferentes países, apontam ainda que a agência brasileira só é superada no tempo médio de registro de medicamentos

Continuação: Anvisa é mesmo lenta para aprovar medicamentos, como dizem Bolsonaro e o Congresso?

novos pela Food and Drug Administration (FDA), sua equivalente nos Estados Unidos.

Em 2018, a agência americana levou 244 dias para conceder registros de novas drogas, 32 dias a menos que a **Anvisa**, que foi mais ágil do que as agências do Japão (323 dias), do Canadá (348 dias), da Austrália (363 dias) e da Europa (436 dias).

"A **Anvisa** já foi lenta, mas isso mudou com todas as mudanças feitas por ela própria voltadas justamente para uma aprovação mais rápida", diz o farmacêutico **Dirceu** Barbano, que foi presidente da agência entre 2011 e 2014.

Nelson Mussolini, presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), que representa 380 empresas do setor que atuam no Brasil, concorda que a agência é hoje muito mais eficiente do que no passado.

"A **Anvisa** é muito nova, completou 20 anos, enquanto a FDA e a EMA [a agência europeia] têm mais de cem. Para tão pouco tempo, teve um desenvolvimento astronômico, e hoje é reconhecida internacionalmente como excelente", diz Mussolini.

Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil, que representa 12 empresas farmacêuticas brasileiras que respondem por 30% dos medicamentos fabricados no país, de acordo com dados da própria organização, avalia que o projeto de lei apresentado na Câmara não se justifica ao se analisar o funcionamento da agência hoje.

"Quem entrar no portal da **Anvisa** vai ver que hoje não existem pedidos de registro de medicamentos prioritários pendentes na fila, então, não há uma circunstância que esteja prejudicando quem quer que seja", afirma.

Por sua vez, o deputado Peternelli afirma que apresentou o projeto "pensando no bem comum". "Se um paciente com câncer tiver que esperar dois anos para

poder usar um medicamento, ele morre", afirma.

O presidente da **Anvisa** diz que isso não corresponde à realidade. "Se um médico receitar algo que não existe no Brasil e tiver registro em outro país, a **Anvisa** libera a importação. A coletividade não tem acesso, mas o indivíduo tem", afirma Dib.

O que a agência analisa?

Arcuri explica que um dos aspectos avaliados pela **Anvisa** é a estabilidade dos produtos, ou seja, se eles não se degradam rapidamente no clima brasileiro.

"As nossas condições climáticas não são as mesmas dos Estados Unidos ou da Europa, por isso é crítico demonstrar que o medicamento sai da fábrica, é transportado e armazenado sem se dissolver ou sofrer nenhuma alteração essencial por causa do calor ou da umidade. E as agências destes países não vão fazer testes para isso", diz ele.

Mussolini destaca ainda que é verificado se um remédio é eficaz para tratar os brasileiros, que têm características específicas em relação a populações de outras regiões do mundo.

"Temos uma população muito miscigenada, diferente das de Estados Unidos ou Europa, por exemplo. A **Anvisa** precisa analisar os testes feitos no exterior para ver se um produto é compatível com os brasileiros. É por isso também que os americanos e europeus não aceitam automaticamente aprovações de outras agências", afirma Mussolini.

Peternelli não concorda com estes argumentos. "Hoje, Paris tem uma multiplicidade de pessoas e culturas enorme. Os próprios Estados Unidos têm uma grande miscigenação. Nova York é uma ONU", afirma o deputado.

"Dizem que aqui é quente, mas em Paris está fazendo 43 graus. Lá está mais tropical que aqui. Já imaginou dizer que um medicamento só serve onde fizer frio ou

Continuação: Anvisa é mesmo lenta para aprovar medicamentos, como dizem Bolsonaro e o Congresso?

que só serve na Amazônia porque lá tem uma umidade diferente do Rio Grande do Sul? Imagina dizer para a mãe de um menino com doença rara que um remédio não é bom por causa das condições climáticas?"

'O papel da [Anvisa](#) é mal compreendido'

Barbano afirma que a preocupação do Congresso é "nobre", mas avalia que a aprovação automática de medicamentos impediria a [Anvisa](#) e seus técnicos de terem conhecimento dos estudos de tecnologias de ponta ou colaborar com outras agências do mundo.

"Um projeto de lei assim vai esvaziar a competência técnica da agência de fazer análises e sua capacidade de contribuir com outros países, como já aconteceu com a aprovação de medicamentos lá fora em que avaliações da [Anvisa](#) balizaram a decisão", afirma o ex-presidente da agência.

Isso fragilizaria a [Anvisa](#), afirma Barbano. "Vai passar a ser vista como uma agência de natureza secundária, que não participa das decisões do mercado farmacêutico, só as absorve."

Ele afirma ainda que no passado parlamentares tomaram decisões "irresponsáveis". Cita como exemplo a lei que liberou em 2016 a prescrição da chamada "pílula do câncer", sem que testes clínicos atestassem sua eficácia, e que depois foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal.

"Misturar decisões de natureza técnica e científica

com política fragiliza e gera incertezas no setor, e isso é péssimo."

No entanto, o presidente da [Anvisa](#) diz que está aberto a debater as questões levantadas pelo Congresso e pelo governo. "É uma discussão importante. Não há empecilhos por parte da agência em pensar formas de oferecer um serviço melhor à população. Mas todo mundo precisa ser ouvido. O Ministério da Saúde, a indústria, a [Anvisa](#). Todos precisam ter um lugar à mesa", afirma Dib.

Ele diz que críticas "fazem parte" do trabalho exercido pelo órgão. "A [Anvisa](#) tem um papel fundamental na qualidade da saúde do país, mas a gente regula cerca de 28% do PIB do país. Então, é óbvio que há muitos interesses envolvidos em uma agência que atua em tantas frentes."

Mas Dib afirma que muito disso também é fruto de desconhecimento sobre a função do órgão. "As agências são muito recentes na história do país. Acho que todas elas estão na mira de todo mundo. O papel da [Anvisa](#) - que é proteger a sociedade - é muito mal entendido pelo governo, pelo Congresso, pela população. Mas uma hora a ficha cai, uma hora eles entendem."

Anvisa debate regulamentação de cigarro eletrônico, proibido no Brasil

A venda é proibida, mas vários tipos de cigarros eletrônicos, todos importados, podem ser encontrados no comércio. Médicos alertam que os dispositivos oferecem risco.

Anvisa debate regulamentação de cigarro eletrônico, proibido no Brasil

A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária pôs em discussão a regulamentação dos cigarros eletrônicos no Brasil. Mesmo na ilegalidade, o consumo tem crescido no país. E a preocupação dos médicos também.

A venda é proibida, mas anunciada em alto e bom som. Vários tipos de cigarros eletrônicos, todos importados, podem ser comprados pela internet e também são encontrados no comércio do centro de São Paulo.

Uma vendedora demonstra: "Bota uma essência líquida e você faz a fumacinha. Todos têm essências, tudo tem nicotina", explica. "Vicia, eu sou viciado", afirma outro vendedor.

Uma resolução da **Anvisa**, de 2009, proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarros eletrônicos.

Esses dispositivos eletrônicos são apresentados como uma alternativa ao cigarro comum, ou até como uma forma de transição para quem quer deixar de fumar. Mas quem estuda o assunto, do ponto de vista médico, diz que, na verdade, eles podem ser até mais viciantes, causando uma dependência rápida e muito mais intensa.

"Desestimula o fumante atual de parar de fumar. O ex-fumante que, depois de muita luta, conseguiu parar de fumar pode ser seduzido a voltar a fumar; e aquele que nunca fumou pode se sentir atraído a fumar um produto que ele acredita ser menos prejudicial à saúde", fala Stella Regina Martins, especialista em dependência química do Incor.

Num curso rápido para jovens médicos residentes do Instituto do Coração, em São Paulo, a doutora Stella explica que o teor de nicotina costuma ser mais alto nos cigarros eletrônicos e que a forma de absorção é diferente, o que dificulta o tratamento dos dependentes.

Nos Estados Unidos, isso já virou problema de saúde pública. "A síndrome de abstinência deste produto é uma abstinência que a gente nunca viu na nossa prática do tratamento do tabagismo. São pacientes que ficam extremamente agressivos, irritados, que estão precisando ser internados", completa Martins.

O doutor Drauzio Varella diz que o Brasil tem hoje menos de 10% de fumantes, um índice inferior ao da maioria dos países. E corre o risco de regredir, pela sedução dos mais jovens. "Isso tudo é preparado para viciar as crianças, tanto que tem sabores: tem sabor de maçã, sabor de chocolate, sabor de frutas. Vários deles têm formato em pen-drive. Por que em pen-drive? Porque é a linguagem das crianças", alerta.

Quanto à possível regulamentação pela **Anvisa**: "Acho que aí é uma questão simples. A **Anvisa** não devia se acovardar, devia proibir e pronto. 'Ah, mas eles vão importar'. Já não fica tão fácil. Não tem que fazer consulta popular para uma coisa maléfica como essa".

Memos e reposts no Instagram: curadoria ou violação de direitos autorais?



Memos e repostagens de conteúdo sempre fizeram parte das mídias sociais. O Tumblr, por exemplo, serviu durante muito tempo para propagar e compartilhar conteúdos de outras contas, mas a experiência acabou fazendo com que o site movesse os perfis mais populares em 2015 por violação de **direitos** autorais e conteúdo ilegal.

A mesma polêmica chegou ao Instagram, que com a facilidade de ferramentas de repostagens se tornou o lugar ideal para páginas de memos. No entanto, após a conta @fuckjerry ser interpelada judicialmente por violação de **direitos** autorais, a rede social encerrou dezenas de contas semelhantes -- incluindo @uniquievines, que tinha mais de 8 milhões de seguidores.

A reação ao banimento dessas páginas foi ruidosa e fez com que o Instagram voltasse atrás e batalhasse para reconquistar a confiança desses usuários (e suas contas muito populares). Nesta semana, a plataforma anunciou que vai contratar um profissional para cuidar do novo setor de "curadoria". Agora, esse tipo de

conteúdo é visto pela empresa como "uma espécie de criação".

De acordo com Lila King, diretora de parcerias de notícias do Instagram, a pessoa trabalhará para identificar novos formatos e tendências importantes, além de servir às páginas de memos de maior sucesso da plataforma, incluindo o próprio @FuckJerry - sinal de que a plataforma está comprando a briga desse tipo de conteúdo.

Mas afinal, como fica essa discussão sobre a lei de **direitos** autorais nesse universo?

Tecnicamente, os tweets podem ter **direitos** autorais. É o que defende Mitch Stoltz, advogado sênior da Electronic Frontier Foundation. "O direito de autor requer uma quantidade mínima de criatividade", disse ao site "Verge". "Se eu dissesse algo como 'Parabéns' ou algo comum e não criativo, qualquer pessoa pode copiá-lo e você não tem direitos legais. Mas se for criativo, você poderia, em teoria, processá-los."

No entanto, Stoltz indica que esse é um terreno ainda pouco definido e que um comentário adicional ao post original pode fazer da repostagem um conteúdo original.

É o caso do artista Richard Prince, que imprimiu prints de posts do Instagram em telas e as vendeu por milhares de dólares. Uma dessas telas veio de uma imagem do fotógrafo Donald Graham, que processou Prince por violação de **direitos** autorais. O artista se defendeu: disse que os comentários e curtidas de usuários faziam parte da obra e "se tornaram elementos icônicos da **internet** moderna". Venceu o caso.

A controvérsia em torno do remédio mais caro do mundo

Embora o Zolgensma tenha trazido esperança a muitos pais, a notícia de seu preço de R\$ 8,3 milhões provocou uma onda de críticas à Novartis, dona de sua patente.

O remédio famoso por ser o mais caro do mundo já causou mais de uma polêmica em seus pouco mais de dois meses no mercado.

O Zolgensma é um tratamento para crianças com atrofia muscular espinhal (AME), uma doença de origem genética que impede o desenvolvimento adequado dos músculos e que, na sua versão mais grave, costuma causar a morte antes dos dois anos de idade.

Anvisa é mesmo lenta para aprovar medicamentos, como dizem Bolsonaro e o Congresso?

8 testes simples de saúde que você pode fazer em casa

Apesar de não ter cura, existem medicamentos que ajudam a neutralizar seus efeitos e, dentre eles, o mais revolucionário é o Zolgensma. O inconveniente, e motivo da primeira controvérsia que ele protagonizou, é seu preço: US\$ 2,1 milhões (cerca de R\$ 8,3 milhões).

Essa cifra milionária é o dobro do preço do que era considerado até então o remédio mais caro do mundo, antes do lançamento do Zolgensma: o Luxturna, uma droga que custa US\$ 850 mil (R\$ 3,3 milhões) e trata a cegueira causada por uma doença hereditária rara.

Embora o Zolgensma tenha trazido esperança a muitos pais, a notícia de seu preço provocou uma onda de críticas à empresa farmacêutica dona da patente, a Novartis.

A multinacional suíça está mais uma vez no olho do furacão.

Por quê? Porque a Food and Drug Administration (FDA) - a agência reguladora que autoriza a venda de drogas nos Estados Unidos - acaba de descobrir que a Novartis não foi totalmente honesta em seu pedido de licença para vender este tratamento.

A empresa admitiu sua responsabilidade na quarta-feira (07) e agora enfrenta a possibilidade de sanções penais.

Uma doença cruel

Aqueles que nascem com AME têm baixos níveis da proteína que possibilita os movimentos, a SMN.

O cérebro precisa dela para ser capaz de enviar ordens para os músculos através dos nervos que descem pela medula.

A AME pode ser de quatro tipos e se manifesta principalmente na infância. O tipo 1 é o mais agressivo, e é muito raro que crianças que sofrem dele completem 2 anos de idade.

Os pacientes com os tipos 2 e 3 também têm uma expectativa de vida reduzida, pois não conseguem movimentar bem ou completamente os músculos e eles atrofiam.

Os do tipo 4 podem atingir a idade adulta.

Medicamentos dedicados a esses pacientes concentram-se em aumentar o nível das proteínas que permitem o movimento.

O Zolgensma, por outro lado, é um tratamento genético que busca reparar genes para que eles sejam capazes de produzir essas proteínas em quantidades normais.

Ele foi testado em crianças com menos de dois anos

Continuação: A controvérsia em torno do remédio mais caro do mundo

de idade e, dois anos depois, todos aqueles que o receberam em altas doses ainda estavam vivos e sem a necessidade de ajuda para respirar, de acordo com o jornal inglês Financial Times.

Três a cada quatro podiam ficar sentados por pelo menos 30 segundos sem qualquer apoio e havia até dois menores que puderam se levantar e caminhar sozinhos.

Dados manipulados

A Novartis sempre repetiu que trabalha com governos e companhias de seguro médico para que cubram os custos e possam negociar pagamentos parcelados.

Além disso, a empresa considera que aqueles US\$ 2,1 milhões a serem pagos para aplicar esta medicação intravenosa uma vez na vida estão abaixo do que custaria para tratar uma criança por anos com outras drogas cujos preços geralmente passam dos seis dígitos e que não os libertam de outros cuidados caros e permanentes, como a ventilação mecânica.

A nova controvérsia, no entanto, não é econômica, mas ética, pois gira em torno dos dados apresentados para obter a licença.

Segundo a FDA, quando o Zolgensma começou a ser testado em animais, os estudos produziram resultados que foram manipulados.

Embora o medicamento tenha sido desenvolvida pela AveXis, a empresa de biotecnologia foi adquirida pela Novartis no ano passado e a FDA diz que, já em março, a multinacional sabia da manipulação de da-

dos.

"Tomamos a decisão de continuar com nossa pesquisa de qualidade antes de informar a FDA e outras autoridades regulatórias para fornecer a melhor informação e análise técnica, algo que fizemos em 28 de junho depois de concluí-las", disse o executivo-chefe da Novartis, Vasant Narasimhan, nesta semana.

Segundo Narasimhan, sua intenção não era evitar obstáculos no processo de obtenção da licença para o mercado americano. A empresa diz que já está providenciando a "saída" dos cientistas que participaram da manipulação.

O processo de elaboração do Zolgensma não tem sido o mesmo desde que foi inventado e a manipulação de dados foi realizada ao comparar a versão atual com uma anterior.

A FDA não acredita que este incidente tenha comprometido a segurança dos testes que foram feitos em humanos, por isso não removerá o Zolgensma do mercado.

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube? Inscreva-se no nosso canal!

<https://www.youtube.com/watch?v=NkOO1T8ltVk>

<https://www.youtube.com/watch?v=U8xSXM6sfrk>

<https://www.youtube.com/watch?v=4dZzQrBS4wA>

No curto prazo, guerra comercial entre a China e os EUA favorece o Brasil

MUNDO



EM QUEDA - Bolsa de Nova York na segunda-feira 5: índices despencaram (Drew Angerer/)

País lucra com a disputa que opõe as duas potências - e busca se proteger de um iminente acordo. Investidores ainda tentavam entender, no fim da segunda-feira 5, o que o Brasil teria a ganhar - e a perder - com o acirramento das tensões entre China e Estados Unidos. Naquele dia, o governo do país asiático permitiu a desvalorização de sua moeda, o yuan, depois que mais de 300 bilhões de dólares de suas exportações foram sobretaxados em 10% por decisão da Casa Branca. Ao verem o yuan desvalorizar-se até chegar a 7,05 por dólar, investidores ao redor do planeta se desfizeram de ativos mais arriscados - e os principais índices de ações americanos, Dow Jones e Nasdaq, se derreteram aproximadamente 3%. No Brasil, o Ibovespa caiu 2,5%. Desde que o presidente americano Donald Trump iniciou o embate com a China, em março de 2018, esse foi o momento de maior apreensão. Sensata, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, anunciou que, por aqui, não se tomaria nenhuma posição perante a guerra comercial entre as duas potências. "O Brasil deve se manter fora dessa briga", disse ela. A calma da ministra se contrapôs à grita global. E é inegável: o governo brasileiro está pressionado. De um lado, o país de Trump, o líder mundial que o presidente Jair Bolsonaro considera o seu maior aliado ideológico, e do

outro, o principal cliente de nossas exportações, mas de pouca, pouquíssima afinidade política.

Neste momento, deixe-se logo registrado, o Brasil lucra com o conflito. No entanto, tem de se preparar para o choque de realidade que virá quando as potências chegarem a um possível - na verdade, provável - acordo.

Até o segundo semestre de 2017, o país dividia em partes quase iguais com os Estados Unidos os embarques de soja para o gigante asiático. Contudo, logo no começo dos atritos entre Washington e Pequim, a soja nacional inundou o mercado chinês, alcançando uma participação de 80% no primeiro semestre deste ano. É ótimo, claro - entretanto, momentâneo. "O agronegócio como um todo terá um resultado positivo. Mas é um impacto de vida curta", aponta Gersan Zurita, vice-presidente da agência de classificação de risco Moody's. Dadas as conhecidas estratégias de negociação de Trump, analistas entendem que, ao tarifar os produtos chineses, o presidente americano esticou a corda para forçar uma negociação que precisa de rápida resolução. Nenhuma das duas nações consegue sustentar por muito tempo os problemas causados por tal medida. O lado ocidental está compensando as perdas de seus produtores com as exportações - até este ano, mais de 20 bilhões de dólares, cerca de 80 bilhões de reais, já foram gastos em subsídios - , enquanto o oriental não pode se dar ao luxo de ver mais de 10% de suas vendas ao exterior ameaçadas. Por isso, em setembro, uma comissão chinesa vai à capital americana para tentar criar as bases de um acordo que ponha fim à guerra comercial. "A melhor resposta é antecipar uma negociação e tentar chegar a um acordo para uma redução mútua de tarifas", avalia Robert Gulotty, pesquisador da Universidade de Chicago.

Há apenas dois cenários para os próximos des-

Continuação: No curto prazo, guerra comercial entre a China e os EUA favorece o Brasil

dobramentos desse conflito. Em ambos, o Brasil sofrerá perdas. No mais provável deles, os países entrarão em acordo até 2020 - e todo esse crescimento de participação dos produtores nacionais deverá ser devolvido aos exportadores americanos. Larry Kudlow, assessor da Casa Branca, diz que Trump pode até flexibilizar já as tarifas impostas caso a reunião de setembro aponte para avanços significativos na negociação. Seria a melhor hipótese para os Estados Unidos, que poderiam declarar vitória e seguir em frente. Já no segundo cenário, com as conversas fracassando, o crescimento global será afetado a ponto de cair dos atuais 3% ao ano para zero. Essa possibilidade nem é considerada pelas principais forças econômicas do planeta, uma vez que o "estouro" da corda seria catastrófico para todo o mundo. Uma situação tão irreal que, neste momento, a União Europeia está mais preocupada com o Brexit e com o acordo de livre-comércio fechado com o Mercosul.

No campo geopolítico, a América Latina dá cada vez mais atenção à crise venezuelana. E outras nações, como Canadá e Austrália, estão aflitas com os bloqueios impostos pelos Estados Unidos à câmara de **arbitragem** da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ou seja, ninguém acredita que Trump possa ser tão irresponsável.

Para além da situação de pressão na qual se encontra, o Brasil está numa posição insólita. China e Estados Unidos são seus dois maiores parceiros econômicos individuais e, juntos, representam 39% das exportações do país. "Não existe um alinhamento automático com os Estados Unidos nem com a China.

Não temos de fazer nem uma coisa nem outra", acredita o ex-embaixador do Brasil em Washington Rubens Barbosa.

AJUSTE? - Trump e Xi Jinping no G20, em junho: conciliação foi jogo de cena, mas as negociações podem voltar em setembro

Desde 2009 os chineses se tornaram os principais clientes do Brasil. Porém, o que o país quer, de fato, são investimentos. A atração de empresas para financiar projetos de infraestrutura é a principal estratégia para que o Brasil não seja esmagado no abraço colossal que Trump e Xi Jinping darão quando selarem um acordo. Há poucos dias, delegações de São Paulo e do Paraná visitaram diversas cidades no país asiático e marcaram dezenas de reuniões com empresários locais para atrair investimentos. O próprio governador João Doria encabeçou a missão paulista. Lá, ouviu de gente influente que os investidores não vão ficar esperando a resolução das tensões entre China e Estados Unidos para investir - e, se os americanos estão fora da mesa de negociações, os asiáticos vão procurar outros parceiros. "O Brasil já está aproveitando esse movimento, no entanto precisa trabalhar duro para conseguir atrair os investimentos num momento em que todos tendem a segurar dinheiro devido às incertezas", afirma Eric Liu, sócio do escritório Linklaters Zhao Sheng. É melhor correr, porque essa janela de oportunidades já está se fechando.

Publicado em VEJA de 14 de agosto de 2019, edição nº 2647

Clube de futebol deve cobrar pelo uso de sua marca em apostas on-line

OPINIÃO

O mercado mundial de apostas, em suas diversas modalidades e plataformas virtuais, vem movimentando cifras astronômicas envolvendo equipes de futebol mundo afora.

Esse mercado de apostas é suportado maciçamente pelo futebol e, dentre os países cuja paixão é o futebol, o Brasil ocupa posição de destaque, porque sua relevância se impõe pelos talentos revelados e pelas competições em suas variadas séries, estados e regiões.

Para exemplificar, os valores transacionados em 2014, segundo pesquisa do International Center for Sport Security (Centro Internacional para Segurança no Esporte), o volume de apostas, só no segmento futebol, foi da ordem de R\$ 500 bilhões e vem experimentando crescimento vertiginoso.

Segundo notícia publicada no jornal Folha de S.Paulo em dezembro de 2017, pesquisa da KPMG e da RGA aponta que brasileiros residentes no país são responsáveis por mais de R\$ 1 bilhão em apostas em sites estrangeiros de prognóstico em competições brasileiras, todos sediados em paraísos fiscais, como Malta, Curaçau, Gibraltar, Ilhas Cayman, Reino Unido, Dublin, Chipre e até mesmo, entre outros, Portugal.

O movimento de apostas decorrente das competições brasileiras não produz resultado financeiro aos clubes, federações e confederação, uma vez que as empresas que exploram o mercado de jogos on-line não estão sediadas em nosso país e se apropriam de marcas e propriedades das equipes e entidades brasileiras sem qualquer contrapartida financeira, infringindo a proteção à **propriedade** intelectual e o **direito** autoral.

Embora as apostas possam ser feitas em ambiente fí-

sico ou virtual, na maioria das vezes as empresas fornecedoras desses serviços de apostas se utilizam de plataformas da rede mundial de computadores, que disponibilizam informações em tempo real, de forma que as apostas são realizadas por qualquer indivíduo em qualquer lugar do mundo.

Existem, portanto, apostadores de diversos países fazendo seus prognósticos em disputas de equipes brasileiras em diversas competições promovidas pelas entidades brasileiras de direção, o que nos leva a crer que valores relevantes estão deixando de ingressar no caixa dos clubes e das entidades de direção.

Após avaliação dos aspectos legais, resta claro que há um cofre repleto de riquezas aos clubes à espera da chave para abri-lo. Esta será seguramente e muito breve a maior fonte de renda dos clubes de futebol, mais do que a própria televisão.

Cabe às entidades de direção, como representantes dos clubes, ou aos próprios clubes individualmente se aquelas forem omissas, colocar suas chaves nesse cofre para buscar a indenização a que têm direito pelo uso de suas marcas.

O **Direito** Autoral em nosso país é tutelado pela Lei 9.610/98, e da mesma se pode extrair o rol das obras que são protegidas pelo ordenamento jurídico, fazendo a ressalva de que essa descrição é meramente exemplificativa.

O regime de marcas, inserido na propriedade industrial, visa proteger aquilo que distingue o produto, mercadoria ou serviço de um comerciante: a marca. No mundo moderno, pode-se dizer, sem exageros, que as marcas se transformaram em um dos ativos mais importantes das empresas, não raramente, com valor maior que os seus bens móveis e imóveis.

Considera-se marca quaisquer símbolos, nomes, fi-

Continuação: Clube de futebol deve cobrar pelo uso de sua marca em apostas on-line

guras, formas tridimensionais ou sinais visualmente perceptíveis, utilizados por fabricantes, comerciantes, profissionais autônomos, entidades ou empresas para identificar os produtos ou serviços de suas atividades.

São considerados passíveis de registro quaisquer palavras, formas, desenhos, sinais, entre outros, desde que não sejam idênticos ou semelhantes a outras marcas que já pertençam a alguém, no mesmo ramo de atividade, ou que não sejam incluídos nas proibições da lei.

No artigo 124 da Lei de **Propriedade** Intelectual (Lei 9.279, de 14/5/1996), podem ser encontrados casos de marcas que não possuem a proteção do registro.

De acordo com a sua aplicação, as marcas podem ser: de produto ou serviço, de certificação e coletivas. A marca de produto ou serviço é considerada aquela usada para distinguir produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.

No Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**), a marca registrada, cujo renome transcende seu segmento de mercado original, tem assegurada proteção especial em todas as classes.

O seu reconhecimento é aferido no ramo de atividade dos seus produtos/serviços de referência, independentemente de prévio depósito ou registro nos países signatários da Convenção de Paris.

Portanto, as marcas, símbolos, logomarcas e demais sinais distintivos das entidades de prática e de direção do futebol pertencem exclusivamente às mesmas e, sem autorizações dessas, não podem ser usadas sem que se obtenha a devida autorização por meio de cessão gratuita ou onerosa, cabendo buscar, com a chave que abrirá o cofre, a justa reparação pelo uso presente e futuro, bem pelo passado não prescrito em todo o universo de apostas.

Nem se alegue que esses sites de apostas utilizam informação pública, que é o resultado da partida de futebol, porque antes do jogo as apostas são feitas, e as marcas - razões sociais dos clubes - são postas à disposição do apostador, o que movimentou bilhões de reais, dólares, euros, ienes, enfim, todas as moedas do mundo, sem que aos clubes seja dada sequer uma mínima participação nesse bilionário negócio.

Carlos Miguel C. Aidar é advogado e ex-presidente da OAB-SP.

Girão alerta para ações da Anvisa sobre uso da maconha medicinal - Senado Notícias

Apesar de ser favorável à prescrição de medicamentos que contêm substâncias como canabidiol e tetrahidrocannabinol (THC) para tratamento medicinal no Brasil, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) disse em Plenário, nesta sexta-feira (9), ver com reservas as ações da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) que podem levar à liberação do plantio da maconha no país.

De acordo com o parlamentar, a convocação pela diretoria da **Anvisa** de duas consultas públicas com o objetivo de discutir o uso da maconha para fins medicinais e científicos no Brasil, bem como o registro de medicamentos produzidos com princípios ativos da planta, poderá significar uma porta aberta para que, num futuro próximo, o mercado da maconha recreativa venha a se instalar no Brasil.

- Durante todo esse tempo em que carrego essa bandeira, conversei com especialistas que foram taxativos em afirmar que a produção sintética do canabidiol seria uma alternativa mais segura e eficaz ao plantio da maconha proposto - acredite - pela **Anvisa**. Daí a pergunta: por que plantar, correndo o risco da perda de controle sobre essa produção, porque não há como fiscalizá-la, se a tecnologia avançada nos propicia a formulação desses medicamentos em laboratório? - questionou.

Girão disse que lhe causou estranheza e preocupação saber que a empresa que lidera as articulações para liberação do plantio da maconha com fins medicinais é a The Green Hub, que segundo ele, pertence à família Grecco, cujo líder é genro do atual presidente da **Anvisa**.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3, 7, 9, 15

Direitos Autorais
8, 13

Arbitragem e Mediação
11

Propriedade Intelectual
13

Marco regulatório | INPI
13